

RACIONALIDADE CIENTÍFICA, RACIONALIDADE POLÍTICA E O PROBLEMA DA TRADIÇÃO: A ABORDAGEM POPPERIANA

Daniel Mota Vieira⁹⁵

Resumo: Este artigo aspira a uma breve análise do problema da tradição na filosofia de Karl Popper (1902-1994). Popper distingue o modo antirracionalista de lidar com tradição, que dá esta como impassível de racionalização; e o racionalista, hostil quanto ao tradicionalismo. Popper diz que antes de criticar uma tradição, devemos compreendê-la. Contrapondo os primitivos aos filósofos gregos, alega Popper que esses últimos inauguraram a tradição crítico-científica ao procurarem mitos de maior capacidade explicativa. Considerando as tradições como intermediárias entre as instituições e os anseios dos indivíduos, concluímos ressaltando a relevância delas para a sustentação das instituições democráticas.

Palavras-chave: Karl Popper. Tradição. Mitos. Filosofia da Ciência. Filosofia Política.

SCIENTIFIC RATIONALITY, POLITICAL RATIONALITY AND THE PROBLEM OF TRADITION: THE POPPERIAN APPROACH

Abstract: This paper aspires to a brief analysis of the problem of tradition in the philosophy of Karl Popper (1902-1994). Popper distinguishes the anti-rationalist way of dealing with tradition, which gives this as impassive of rationalization; and the rationalist, hostile towards traditionalism. Popper says that before criticizing a tradition, we must understand it. Opposing primitives to Greek philosophers, Popper claims that the latter inaugurated the critical-scientific tradition by looking for myths with greater explanatory capacity. Considering traditions as intermediaries between institutions and the desires of individuals, we conclude by emphasizing their relevance to the support of democratic institutions.

Keywords: Karl Popper. Tradition. Myths. Philosophy of Science. Political Philosophy.

Introdução

⁹⁵ Mestre em Filosofia pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2020), linha de pesquisa Subjetividade, ética e política. Graduado em Filosofia pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2017). E-mail: dmv95.ufrrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5431-0846>.

Na história da Filosofia, em uma acepção geral, falar em tradição é remeter a uma herança cultural, transmissão de crenças ou de técnicas de uma geração para outra. O recurso à tradição acarreta o reconhecimento de sua verdade, tornando-se garantia de verdade; ou mesmo a única garantia possível.⁹⁶

No campo da política e da teoria social, o ponto de vista antirracionalista⁹⁷ costuma aceitar a tradição como um dado e vê a inviabilidade de abordá-la por qualquer tipo de teoria racional.⁹⁸ Quanto à tradição, de acordo com esses teóricos, tendo em vista sua importância e sendo impassível de ser racionalizada, convém apenas compreender o que ela significa e aceitá-la. A postura dos antirracionalistas, portanto, foi subjugar qualquer questionamento à mesma.

Por outro lado, o racionalismo apresenta, sem dúvidas, ao ver de Popper, uma hostilidade quanto ao tradicionalismo. Explica Popper que os racionalistas se inclinam a adotar a seguinte postura: não se interessando pela tradição, preferem julgar tudo com base nos méritos próprios; procurando, independentemente de qualquer tradição, descobrir as respectivas vantagens e desvantagens de seus objetos de análise.⁹⁹ Entretanto, o fato de o racionalista que desse modo procede estar vinculado a uma tradição, a “tradição racionalista”, que tradicionalmente incorre na postura referida, evidencia que o assunto não é demasiado simples.

Seguindo um caminho diverso, Popper apresenta uma diferenciação entre dois tipos fundamentais de atitudes a respeito da tradição. O primeiro tipo consiste em sua aceitação acrítica, conforme já abordado. Essa aceitação dá-se muitas vezes até mesmo sem consciência do que a tradição vigente significa. O nosso autor diz que é possível que não consigamos escapar desse perigo, pois muitas vezes não percebemos quando estamos sendo tocados por uma tradição, e isso consiste em uma anuência acrítica.

⁹⁶ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 6ª ed. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2012.

⁹⁷ Popper aponta Edmund Burke (1729-1797) como um dos nomes mais associados a esse ponto de vista (POPPER, K. R. “Rumo a uma Teoria Racional da Tradição”. In POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 147).

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ “Quero julgar com meu próprio cérebro, e não com os cérebros de outras pessoas, que viveram há muito tempo” (*Ibidem*).

O segundo tipo compreende um posicionamento crítico que pode acarretar em uma rejeição ou aceitação de uma tradição. O filósofo austríaco ressalta que reconhecer e compreender uma tradição são dois requisitos básicos antes de criticá-la. Ele, contudo, não acredita que possamos nos livrar completamente da influência de uma tradição. Liberar-se de uma é apenas assumir outra. Desse modo, podemos ser livres apenas em relação aos tabus que por ela são impostos. Libertamo-nos de um tabu, de acordo com o nosso autor, quando refletimos sobre o mesmo e nos perguntamos se devemos aceitá-lo ou recusá-lo. Por isso, discorreremos, uma compreensão adequada da função e do significado das tradições apresenta-se como fundamental; e, nessa postura crítica, encaixa-se a tradição científica e a tradição liberal-democrática, interesses especiais de Popper.

Com isso, apesar de muitos racionalistas aceitarem a tradição racionalista acriticamente, mostraremos que há pontos dignos de contestação. Um deles, por exemplo, é o observacionalismo, isto é, considerar a observação como matéria prima do nosso conhecimento. Esse posicionamento acabou por ser um obstáculo a uma compreensão mais acurada do método científico.

1. Tradição e método científico

Quanto à tradição científica, muito já se especulou, diz Popper. Alguns pensadores modernos afirmam que os filósofos gregos, por volta do sexto ou quinto séculos antes de Cristo, foram os primeiros a compreender o que acontece na natureza; porém, de acordo com Popper, essa explicação não é satisfatória. Vejamos as razões dessa colocação.

Popper informa que os primeiros filósofos gregos de fato tentaram compreender o que acontecia na natureza; porém, os povos primitivos já tinham essa motivação. Como, então, diferenciar o padrão primitivo de explicação do padrão seguido pelos primeiros filósofos gregos? Os primitivos ofereciam explicações mitológicas demasiadamente embasadas na tradição religiosa da época. Para esses povos, os

fenômenos naturais tinham como causa a fúria ou benevolência dos deuses¹⁰⁰ enquanto esses filósofos ao invés de aceitarem acriticamente a tradição religiosa, passaram a contestá-la inventando, até mesmo, um novo mito como substituto de um mito tradicional. Isso fez com que a tradição helênica apresentasse uma peculiaridade fulcral.

A tradição helênica, com sua busca da compreensão da natureza, passou a constituir uma nova tradição; isto é, não apenas narra-se os mitos, mas discute-os, questiona-os. Quando um desses filósofos contava um mito, ele se mostrava disposto a ouvir o que os seus demais companheiros pensavam acerca, admitindo que era possível terem uma versão melhor. Assim procedendo, esses pensadores criavam escolas de pensamento que não tinham como objetivo preservar dogmaticamente as palavras de seus fundadores, mas atualizar diuturnamente o debate crítico sobre as teses formuladas, tendo em vista o reconhecimento da falibilidade humana.¹⁰¹ Nesse cenário, temos um arquétipo da futura ciência de Galileu; sendo importante ressaltar, no contexto, a relevância da ideia de Cosmos; ou seja, de acordo com essa tradição, não pode haver ciência se a natureza for um caos. Uma ordem natural passível de ser racionalizada é, portanto, fundamental. Por conseguinte, a filosofia helênica inaugurou uma tradição de segunda ordem:

Antes, só havia uma tradição de primeira ordem: uma estória era transmitida. Agora, continuava a haver naturalmente uma estória a ser transmitida, mas também com ela se comunicava também algo como um texto de acompanhamento: “Passo-te esta tradição, mas deves dizer-me o que pensas dela. Reflete: talvez possas dar-me uma explicação distinta”. Essa tradição de segunda ordem era a atitude

¹⁰⁰ “Para explicá-lo de modo grosseiro, ao sentir a aproximação de uma tempestade, os primitivos pré-científicos diziam: ‘Zeus está zangado!’ E quando viam o mar encapelado, comentavam: ‘Poseidon está irritado!’ Esse tipo de explicação era considerado satisfatório antes de a tradição racionalista impor novos padrões de explicação” (POPPER, K. R. *Ibid.*, p. 152).

¹⁰¹ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. O pensamento mítico, afirma Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), atinge o mundo sempre pelo caminho dos valores, organizando-o, a partir destes, como totalidade significativa na qual a própria vida consegue encontrar uma justificação transcendente a si mesma. Faz-se uma síntese valorativa, sendo apenas real o que é carregado de valor, que se constitui como a realidade única. Por outro lado, o espírito crítico, do qual a ciência é dependente, não pode ter lugar nesse mundo. A análise racional, na qual toda totalidade se desmancha e revela-se mera pretensão sem fundamento lógico, não se compatibiliza com um mundo capaz apenas de se reconhecer nessa totalidade mesma (BARROS, R. S. M. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo - Edusp, 1971).

crítica e analítica: algo novo, que é o fundamental da tradição científica.¹⁰²

Esse panorama foi relevante para Popper criticar o observacionalismo. O ponto de partida dessa teoria consiste na doutrina, por demais persuasiva, de que antes que possamos dizer ou asseverar algo a respeito do mundo, devemos, primariamente, ter percepções – experiências dos sentidos.¹⁰³ Do ponto de vista do nosso autor, que assume uma concepção negativa do progresso do nosso conhecimento, o desenvolvimento das teorias científicas não deveria ser visto como resultado do acúmulo de observações; diferentemente, as observações são profícuas para o cientista testar as suas teorias e, se necessário, substituir por teorias melhores, de maior abrangência explicativa, ou mais próximas da verdade.¹⁰⁴ Popper denomina essa concepção de “teoria do refletor”, isto é, a ciência está sempre a oferecer novas perspectivas. Ela não só se beneficia com a observação, mas conduz a novas observações:

Segundo minha proposta, o que caracteriza o método empírico é sua maneira de expor à falseação, de todos os modos concebíveis, o sistema a ser testado. Seu propósito não é salvar a vida dos sistemas insustentáveis mas, ao contrário, escolher aquele que seja comparativamente o mais apto, submetendo todos os sistemas à mais feroz luta pela sobrevivência.¹⁰⁵

Logo, Popper reforça que ao procurarmos novas observações com o objetivo de testar a veracidade das nossas teorias, não é de espantar descobrirmos que elas mudam

¹⁰² POPPER, K. R. “Rumo a uma Teoria Racional da Tradição”, p. 153.

¹⁰³ “De acordo com essa concepção, assim, nossa mente se assemelha a uma vasilha - uma espécie de balde - em que percepções e conhecimento se acumulam. ([Francis] Bacon fala de percepções como ‘uvas maduras e da estação’, que têm de ser juntadas, paciente e diligentemente e das quais, se comprimidas, fluirá o vinho puro do conhecimento.)” (POPPER, K. R. “O balde e o holofote: duas teorias do conhecimento” (apêndice). In POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1975. p. 313).

¹⁰⁴ Expressa-se a teoria popperiana da verossimilhança por via da fórmula $V_s(a) = C_{tV}(a) - C_{tF}(a)$. Ao supormos que o conteúdo da teoria a seja mensurável, C_{tV} e C_{tF} representam, respectivamente, o seu conteúdo verdade e o seu conteúdo falsidade. A verossimilhança de a aumenta à medida que seu C_{tV} cresce enquanto que C_{tF} permanece no mesmo parâmetro; ou quando seu C_{tF} diminui ao mesmo tempo que seu C_{tV} permanece no mesmo parâmetro (VIEIRA, D. M. *Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017 (recurso eletrônico)). Para mais informações, cf. também a seção 3 do capítulo 10 de *Conjecturas e refutações*: “Verdade, racionalidade e a expansão do conhecimento científico”.

¹⁰⁵ POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”. In *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 276.

de caráter e se tornam mais realistas ao se ajustarem melhor aos fatos observados. Essa condição é a que diferencia as teorias científicas dos mitos religiosos. Porém, Popper faz questão de ressaltar, como acabamos de mostrar, que as teorias científicas não são meros resultados de observações, mas o único papel que a observação tem sobre elas é auxiliar nos testes que conduzem a novas teorias.¹⁰⁶ Isso é o mais relevante para compreendermos a tradição científica.

2. Tradição, vida social e democracia

Ao analisar o papel da tradição na vida social, Popper planeja examinar brevemente a função das ciências sociais teóricas. O filósofo logo ataca aquilo que tem sido uma compreensão errônea muito difundida sobre o papel dessas ciências, o que ele denomina de “teoria conspiratória da sociedade”.¹⁰⁷

Mostra-nos Popper que tal teoria é mais primitiva do que quase todas as variedades do teísmo. Remetendo à teoria homérica da sociedade, que concebia os poderes divinos de maneira tal que qualquer evento ocorrido na planície de Troia era sempre um reflexo das diversas conspirações tramadas no Olimpo. A “teoria conspiratória da sociedade” equivale a uma versão desse teísmo – da crença em divindades cujos caprichos são timoneiros do mundo. Ela deriva da postura que abandona Deus para depois indagar quem deve assumir o seu posto: grupos, homens poderosos, sinistros grupos de pressão – todos responsabilizados pelos males que atingem o lócus social.

Essa “teoria” contém muito pouca verdade, de acordo com Popper. Ele diz que somente quando aqueles que a sustentam chegam ao poder, imbuídos de um plano racional para os quais é o caminho para a obtenção uma sociedade ideal, é que ela passa

¹⁰⁶ Em *Conhecimento objetivo*, Popper apresenta o método de tentativas e erros como peculiar ao progresso do nosso conhecimento. O filósofo nos apresenta o seguinte esquema: $P_1 \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P_2$. Ou seja, ao partir de algum problema P_1 , chegamos a uma teoria, ou solução, experimental TT; esta pode ser parcial ou totalmente errônea. De qualquer maneira será TT submetida à eliminação de erros, EE, que pode consistir de discussão crítica ou testes experimentais. Desse procedimento, brotarão novos problemas, representados por P_2 . Esses novos problemas, afirma Popper, não são, em geral, criados por nós, mas emergem, de forma autônoma, do campo de novas relações que não podemos fazer vir à tona com cada ação, ainda que pouco o tentemos fazer (POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo*, p. 120).

¹⁰⁷ POPPER, K. R. “Rumo a uma teoria racional da tradição”, p. 150.

a explicar as coisas conforme elas “realmente” acontecem. Esses planos nunca se desenvolvem conforme pretendem esses agentes, uma vez que uma das características mais marcantes da vida social é que nada tem os resultados previstos de forma exata. Ao agirmos, temos em mente determinados objetivos que são atingíveis ou não e, também, existem as consequências inesperadas das nossas ações; que, geralmente, não podem ser eliminadas:

Sendo inatingíveis os ideais, sua pretendida materialização exige longo tempo e se prolonga o período durante o qual a crítica e a oposição devam ser sufocadas; dessa forma, a intolerância e o autoritarismo se intensificarão, movidos, embora, pelas melhores intenções. Precisamente porque as intenções e os objetivos são ideais, a persistente falha no se materializarem dará surgimento a acusações de que alguém está prejudicando o esforço - deve haver sabotagem ou interferência estrangeira ou liderança corrupta, pois todas as explicações que tornam incabível a crítica da revolução atribuem malignidade a alguém. Torna-se preciso identificar esse alguém e eliminá-lo; e se culpados deve haver, culpados serão encontrados. A essa altura, o regime revolucionário estará mergulhado nas imprevisíveis consequências dos seus atos.¹⁰⁸

Logo, os problemas característicos das ciências sociais resultam do nosso desejo de conhecer as consequências não pretendidas das nossas ações – especialmente as que desejamos evitar. De acordo com Popper, isso acontece ou por curiosidade científica ou porque gostaríamos de estar preparados para enfrentá-las. O papel dessas ciências, por conseguinte, é analisar a existência e o funcionamento das instituições, tais como a polícia, as empresas, as universidades ou o governo; e das coletividades, tais como Estados, classes ou outros grupos. Em contraste, os adeptos da teoria conspiratória acreditam que as instituições podem ser perfeitamente compreendidas como resultados de deliberação consciente das coletividades, atribuindo a elas uma “personalidade grupal”.¹⁰⁹

De forma oposta, o cientista social deve reconhecer que a persistência das instituições e coletividades no meio social gera um problema que também será resolvido por via da análise das ações sociais dos indivíduos e seus efeitos sociais não pretendidos. A partir disso, Popper concebe que a função de uma teoria da tradição

¹⁰⁸ MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1974. p. 105.

¹⁰⁹ POPPER, K. R. “Rumo a uma Teoria Racional da Tradição”, p. 152.

poderá ser vista de forma similar, pois raramente as pessoas deliberam criar uma tradição e por mais que deliberem é provável que não consigam criá-la. No lado oposto, pessoas que nunca pensaram em criar uma tradição podem fazê-lo. Esse é um dos problemas mais básicos da teoria da tradição: saber como surgem as tradições e, mais, como elas se mantêm na qualidade de consequências possivelmente não deliberadas das nossas ações.

Com esse panorama, já avistamos a dimensão do papel desempenhado pela tradição na nossa vida social. Se o mundo não apresentasse um grande número de regularidades às quais podemos ajustar-nos, viveríamos ansiosos, repletos de incertezas. A vida social exige tradições, sejam elas racionais ou não. Popper, assim, faz uma analogia entre a criação de tradições e a criação de teorias científicas: a função prática das teorias científicas é impor ordem ao conhecimento enquanto a criação de tradições, as nossas leis são bons exemplos, tem a função prática de impor certa ordem e previsibilidade ao mundo social; sendo impossível agir racionalmente sem a ideia de como o mundo pode responder às nossas ações.

As tradições também têm a função de dar-nos algo para criticar e alterar. Popper reprova os adeptos de uma atitude demiúrgica, que acham que deveríamos construir um novo mundo sem nada aproveitar do antigo. De acordo com o filósofo, não há razão para crer que esse novo mundo seria um mundo feliz e será muito mais razoável aceitar o que temos e fazer as alterações possíveis; tendo certeza das dificuldades e dos defeitos que teremos que corrigir. Eliminar a tradição acarreta a supressão das nossas ideias:

Não há motivo para pensar que um mundo artificialmente planejado seria melhor do que o mundo que temos para viver. Por que razão seria melhor? Um engenheiro não cria um motor apenas com planos; ele o desenvolve a partir de modelos anteriores, que modifica constantemente. Se o mundo social que conhecemos desaparecesse, com suas tradições, substituído por um mundo novo artificialmente concebido, não tardaríamos a precisar reajustá-lo.¹¹⁰

¹¹⁰ Ibid., p. 157. Diz ainda Bryan Magee (1930-2019): “A humanidade se parece com a tripulação de um navio no mar. Pode remodelar qualquer parte do navio e pode remodelá-lo inteiramente, parte por parte, mas não pode remodelá-lo todo de uma só vez” (MAGEE, B. *As ideias de Popper*, p. 106).

Tendo isso em vista, poderíamos pensar, agora, sobre as consequências da opção de Popper pelo racionalismo crítico e a relevância da valorização do papel da tradição para a democracia liberal.

Popper distingue entre dois tipos de racionalismo, o crítico e o não crítico.¹¹¹ O racionalismo não crítico caracteriza-se pela recusa a tudo aquilo que não possa ser defendido por meio da argumentação ou da experiência. É nítida a inconsistência desse tipo de posição uma vez que toda argumentação se baseia em suposições, o próprio princípio do racionalismo não crítico não pode ser fundamentado sob pena de gerar uma regressão infinita. A grande diferença apresentada pelo racionalismo crítico, preconizado por Popper, é a confiança inescapável, ou fé irracional na razão:

Pois há outras atitudes sustentáveis, notavelmente a do racionalismo crítico, que reconhece o fato de que a atitude racionalista fundamental se centra em uma decisão irracional, ou em uma fé na razão. Em consequência, nossa escolha está inteiramente aberta. Somos livres para escolher alguma forma de irracionalismo, mesmo alguma forma radical ou compreensiva. Mas também somos livres para escolher uma forma crítica de racionalismo, que francamente admita suas limitações e sua base em uma decisão irracional e, até agora, certa prioridade do irracionalismo.¹¹²

Essa opção moral pelo racionalismo com base na fé resulta não apenas na sustentação da atividade científica, mas na construção de uma sociedade aberta.¹¹³ Existe, assim, uma circularidade fundamental, pois sendo a decisão pelo racionalismo crítico uma decisão moral, ela desde já está condicionada por uma tradição. Tamanha tradição não tem sustento em uma decisão racional por ser, como já vimos, mais uma consequência não deliberada da ação humana; e sendo a história indeterminada, essa indeterminação apresenta como contrapartida a admissão da irracionalidade fundamental que está na base de todas as nossas ações.¹¹⁴ Essa irracionalidade de base,

¹¹¹ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*.

¹¹² POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The High Tide of Prophecy: Hegel, Marx, and the Aftermath*. II v. London and New York: Routledge, 1947. p. 218. Tradução minha.

¹¹³ PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*.

¹¹⁴ Essa observação acerca do caráter indeterminado da história relaciona-se com a crítica elaborada por Popper ao historicismo, isto é, a doutrina conforme a qual a história possui uma direção intrínseca com a qual devemos adaptar-nos. Ela nega nossa própria responsabilidade pelo que ocorre tanto na história quanto na política e, nesse sentido, a história é vista como algo independente das nossas vontades e avaliações. Fala-se, com constância, em “leis gerais do desenvolvimento histórico” (SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996). Para mais informações, cf.

inclusive, não deixa de ameaçar o projeto de uma sociedade aberta, na medida em que é possível afirmar que a opção por essa não deixa de ser considerada tradicional. Apenas em um segundo momento, quando a opção é feita, como uma questão de sorte, será possível argumentar em prol de sua legitimidade. Isso posto, a sorte que temos de dispor de uma tradição que torne concreta a liberdade é, portanto, imensa. Ela é um bom fruto do acaso histórico.

3. Tradição e democracia como indissociáveis

Tamanha discussão nos remete ao capítulo 5 de *The Open Society and its Enemies*¹¹⁵ em que Popper apresenta o que denomina como dualismo, ou convencionalismo, crítico. Para Popper, a derrocada do tribalismo mágico possui um forte elo com a verificação de que os tabus diferem entre várias tribos; sendo impostos e mantidos à força pelo homem, podendo ser violados sem inconvenientes repercussões caso os infratores consigam escapar das penas estabelecidas pelos seus coabitantes. Essa verificação deslancha ao observar-se que as leis sofrem alterações por meio de legisladores humanos.¹¹⁶ Essas experiências, mostra Popper, são capazes de conduzir a uma consciente diferenciação entre leis normativas, prescritas pelo homem, assentadas em decisões ou convenções, e as regularidades da natureza, situadas além do poderio humano. No desenvolvimento da filosofia grega, anuncia-se esse dualismo entre fatos e normas por via da oposição entre natureza e convenção.

Alcança-se, desse modo, a fulcral característica de uma sociedade democrática, em oposição às velhas sociedades tribais, ou fechadas: podendo as normas serem feitas e alteradas pelo homem, ele é moralmente responsável por elas.¹¹⁷ Não talvez, ressalta

POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1980. Nessa obra, Popper trata especificamente da questão, desenvolvendo uma análise crítica das vertentes naturalística e anti-naturalística do historicismo.

¹¹⁵ POPPER, K. R. "Nature and Convention". In POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*. London and New York: Routledge, 1947. pp. 49-73.

¹¹⁶ "Penso não apenas em legisladores tais como Sólon, mas também nas leis feitas e reforçadas pelo povo comum das cidades democráticas" (Ibid., p. 51. Tradução minha).

¹¹⁷ "A sociedade fechada, em seu mais amplo aspecto, pode ser justamente comparada a um organismo. A chamada teoria orgânica ou biológica do Estado pode ser-lhe aplicada em certa extensão, visto que a sociedade fechada carece daquelas características da sociedade aberta que invalidam qualquer tentativa de aplicar essa teoria. As características que mentalizo são aquelas relacionadas ao fato de que, na sociedade

Popper, pelas normas que encontra existente na sociedade ao começar a refletir sobre elas, mas por aquelas em que se encontra capacitado a tolerar desde que observou estar apto a fazer algo para modificá-las. Não podemos, a não ser a nós mesmos, censurar ninguém por elas, nem a natureza nem a Deus. Essa última observação, no entanto, não acarreta afirmar que são as normas arbitrárias – ou que tanto faz um sistema de normas quanto qualquer outro. Portanto, Popper, ao afirmar que certos sistemas de leis podem ser aprimorados, ou que certas leis podem ser melhores que outras, quer exprimir que, antes, podemos comparar as atuais leis normativas, ou instituições sociais, a certas normas-padrão que damos como dignas de efetivação. Mesmo esses padrões, no entanto, são de nossa autoria uma vez que a nossa decisão favorável a eles é uma decisão inteiramente nossa e apenas nós somos encarregados da responsabilidade por adotá-los:

Os padrões não são encontrados na natureza. A natureza consiste de fatos e de regularidades, não sendo, em si mesma, nem moral nem imoral. Nós é que impomos nossos padrões à natureza, engendrando, desse modo, a moral no mundo natural, apesar do fato de sermos parte deste mundo. Somos produtos da natureza, mas ela nos produziu junto à capacidade de alterar o mundo, de prever e planejar o futuro, de tomar decisões de longo prazo pelas quais somos moralmente responsáveis. No entanto, a responsabilidade, as decisões, entram no mundo da natureza somente conosco.¹¹⁸

Nesse cenário, a democracia, inerente à tradição, mostra-se como um regime de gradativo aperfeiçoamento.¹¹⁹ Ela não é um artigo de exportação.¹²⁰ Para ela, não bastam discursos de conscientização acerca de sua importância, ou a velha preocupação,

aberta, muitos membros se esforçam para ocupar o lugar de outros” (POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*, pp.152-53. Tradução minha).

¹¹⁸ POPPER, K. R. “Nature and Convention”, p. 52. Tradução minha.

¹¹⁹ Conforme aludimos acima, Popper recomenda que eliminemos os projetos. Ao invés de basearmos a nossa abordagem em um estado de coisas imaginário que jamais existirá, devemos partir da realidade social na qual nos encontramos, examinando-a criticamente com o intuito de descobrir o que há de errado nela e conjecturando como é possível melhorá-la (MAGEE, B. “Qual a utilidade de Popper para um político?”. In *Karl Popper: filosofia e problemas*. Anthony O’Hear (Org.). Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997. pp. 307-23).

¹²⁰ “[...] quando escrevi a “Sociedade Aberta”, deixei claro que democracia não é artigo de exportação. Eu sempre considerei as tentativas de exportar [a] democracia com grandes restrições. Estas tentativas foram feitas. Mas não era de se esperar que tivessem sucesso. A democracia baseia-se essencialmente em uma tradição, e sem tradição a democracia conduz à ditadura” (POPPER, K. R. *O racionalismo crítico na política*. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (Cadernos Unb). p. 55).

que vem desde os tempos de Platão, com quem deve governar; mas com o aperfeiçoamento das instituições, fundadas na tradição, e direcionamento delas a seu devido papel social. Possuem estas muito em comum com as tradições; entre outros pontos, precisam ser analisadas pelas ciências sociais em termos de indivíduos – ações, atitudes, crenças e interrelações.¹²¹ No entanto, inclinamo-nos a falar em instituições sempre que são observados um conjunto de normas ou execução de determinadas funções sociais *prima facie*, tal como policial, ensinar ou vender, que servem para dados fins sociais *prima facie* – propagar o conhecimento, defender contra a violência ou a fome. Falamos, portanto, em “tradições” principalmente para descrever uma constância de comportamentos, atitudes, objetivos, valores ou gostos. As tradições, por conseguinte, estão associadas mais de perto às pessoas, seus anseios e predileções, do que as instituições. Ocupando uma posição intermediária entre estas e as pessoas.

De tal forma, ao falarmos em democracia, devemos, conforme Popper, aludir ao controle institucional dos governantes.¹²² Admite nosso autor que raras vezes os governantes estão acima da média em termos morais e intelectuais. Concebendo ser razoável, no campo da política, o princípio de que é necessário preparar-nos ao máximo para o pior – ainda que procuremos obter o melhor. Parece loucura, diz Popper, assentar todos os nossos esforços em uma fraca esperança de termos êxito na posse de governantes excelentes ou, mesmo, competentes.¹²³

¹²¹ POPPER, K. R. “Rumo a uma teoria racional da tradição”.

¹²² POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*.

¹²³ Popper discorre que organizar as instituições políticas antes que governantes incompetentes ou malfeitores ocasionem grandes prejuízos é um dever de toda sociedade que preza pela liberdade. Por essa via, deve ser superada a ingênua noção de que a democracia é o “governo da maioria”; ficando em lugar a concepção de que esse regime é o que proporciona meios democráticos e pacíficos de controle governamental. Conforme observa Gustavo Caponi, enquanto a epistemologia popperiana preocupa-se em definir uma normativa capaz de inviabilizar qualquer monopólio da verdade, a filosofia política preocupa-se em definir regras e modos de proceder em relação ao político que incapacitem qualquer monopólio do poder: “[n]esse sentido, Popper é o Anti-Maquiavel e um epítome de sua filosofia política poderia intitular-se e subintitular-se (*sic*): *O Súdito* (estratégias para o controle e a limitação dos poderes)” (CAPONI, G. “Karl Popper e a filosofia clássica alemã”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 44). Para mais informações, cf. VIEIRA, D. M. “Popper e os paradoxos da soberania: por que na política sempre devemos estar preparados ao máximo para o pior?”. In *Kínesis*. Marília. v. XII. n. 32 (Edição especial: Filosofia Política e do Direito). pp. 113-27. Julho, 2020.

É de relevância também atentarmos para o fato de que a democracia, por si mesma, não pode conceder benefício algum aos cidadãos.¹²⁴ Ela nada pode fazer por si só. São os cidadãos que, nela, atuam politicamente – inclusive, de maneira natural, aqueles cidadãos encarregados de funções governamentais. Por conseguinte, a democracia nada mais faz do que proporcionar um quadro no interior do qual os cidadãos podem agir de maneira mais ou menos organizada e coerente.

Deste modo, afirma Popper, somos democratas não por terem as leis sempre razão, mas pelo fato de que “[...] as tradições democráticas são as menos malignas de todas as que conhecemos”.¹²⁵ Nesse sentido, caso a maioria, ou a opinião pública, decida em prol de uma tirania, o cidadão democrático estará isento de supor que sua concepção política possua alguma inconsistência fatal. Perceberá, sensatamente, que a tradição democrática não é suficientemente forte em seu país.

4. Considerações finais

Ao longo da discussão precedente, vimos que o problema da tradição, tal como Popper nos apresenta, é um problema indissociável em relação aos empreendimentos humanos, sejam eles científicos, políticos ou sociais. Tradições podem surgir sem que tenhamos a intenção de criá-las e, constantemente, os nossos comportamentos pautam-se em tradições fixadas há bastante tempo. O problema da tradição, além disso, traz à luz o desenvolvimento da racionalidade científica; quando houve, na tentativa de explicar a natureza, o avanço da aceitabilidade acrítica dos mitos religiosos à discussão e diuturna revisão dos mitos oferecidos pelos filósofos helênicos.

O corolário que obtemos é que, sem o incremento das tradições, por si mesmas as instituições nunca são suficientes. São dotadas de ambivalência, isto é, na ausência de uma forte tradição, podem buscar finalidades contrárias às pretendidas.¹²⁶ Em suma,

¹²⁴ POPPER, K. R. “A opinião pública e os princípios liberais”. In POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*, pp. 379-386.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 382.

¹²⁶ “Por exemplo: supõe-se que uma oposição parlamentar impeça sempre a maioria de abusar do dinheiro dos contribuintes (para falar de modo grosseiro). Lembro-me porém do exemplo que ilustra a ambivalência dessa instituição: um país europeu onde a oposição repartia o dinheiro público com a maioria” (*Ibid.*, p. 383).

conforme anteriormente ressaltamos, as tradições são como uma ponte entre as instituições, de um lado, e as intenções e valores dos indivíduos, de outro.

Entre as tradições, a de maior importância é a que podemos chamar de “quadro moral” da sociedade (situada em paralelo com seu “quadro legal”), que abarca a justiça e a equidade em sentido tradicional; isto é, o grau de sensibilidade ética alcançado. No âmbito da democracia liberal, esse quadro moral é útil para possibilitar uma conciliação equânime, sempre que necessário, entre interesses conflitantes.¹²⁷ Nada carrega maior perigo do que o aniquilamento desse quadro tradicional. Destruído, caminharemos ao cinismo e ao niilismo – definido por Popper como a dissolução de todos os valores humanos.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 6ª ed. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2012.
- BARROS, R. S. M. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo - Edusp, 1971.
- CAPONI, G. “Karl Popper e a filosofia clássica alemã”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 21-48.
- MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1974.
- MAGEE, B. “Qual a utilidade de Popper para um político?”. In *Karl Popper: filosofia e problemas*. Anthony O’Hear (Org.). Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997. pp. 307-23.
- PEREIRA, J. C. R. *Epistemologia e Liberalismo. Uma Introdução à Filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- POPPER, K. R. “A Lógica da Investigação Científica”. In: *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

¹²⁷ Ressalta Popper que não se trata de uma base imutável. Ela se transforma de modo relativamente vagaroso (Ibid.).

POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1980.

POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1975.

POPPER, K. R. *Conjecturas e Refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

POPPER, K. R. *O racionalismo crítico na política*. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (Cadernos UnB).

POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The Spell of Plato*. I v. London and New York: Routledge, 1947.

POPPER, K. R. *The Open Society and its Enemies: The High Tide of Prophecy: Hegel, Marx and the Aftermath*. II v. London and New York: Routledge, 1947.

SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996.

VIEIRA, D. M. “Popper e os paradoxos da soberania: por que na política sempre devemos estar preparados ao máximo para o pior?”. In *Kínesis*. Marília. v. XII. n. 32 (Edição especial: Filosofia Política e do Direito). pp. 113-27. Julho, 2020.

VIEIRA, D. M. *Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017 (Recurso eletrônico).